

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER
Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

INTRODUÇÃO À REVISTA MARXISMO MILITANTE
EDIÇÃO ESPECIAL – 20 ANOS DA POLOP

Documento escrito por Érico Sachs, publicado em: 1981
Documento digitalizado em: 18.09.2009
Fonte: Acervo POLOP RJ

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO (janeiro de 1981)..... | 1 |
| 2. CONVOCATORIA PARA O I CONGRESSO DA POLOP (julho de 1960) | 7 |
| 3. O NOME E UM PROGRAMA (janeiro de 1962) | 23 |
| PRIMEIRO DE MAIO - EDITORIAL (maio de 1962)..... | 26 |
| A PROPÓSITO DO PROGRAMA..... | 29 |
| 4. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA OPERÁRIA (janeiro de 1963) | 33 |
| 5. COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A LUTA DE CLASSES | 53 |
| 6. POLÍTICA OPERÁRIA E AS DIVERGENCIAS SINO-SOVIÉTICAS – RESTABELECEER OS ENSINAMENTOS DE MARX E LENIN | 63 |

INTRODUÇÃO

(Texto de apresentação da edição especial da revista Marxismo Militante comemorativa dos 20 anos da fundação da Polop, janeiro de 1981)

Érico Sachs

Há vinte anos, entre 16 e 19 de janeiro de 1961, um grupo de jovens, em sua maior parte em torno de 20 anos, estava reunido em Jundiá, para fundar a **Organização Revolucionária Marxista - Política Operária**, conhecida também durante os anos futuros como **POLOP**.

O Congresso de Fundação foi iniciativa de um grupo do Rio, que desde 1959 editava um boletim quinzenal, 'Política Operária'. O grupo do Rio tinha sido originado da Juventude do Partido Socialista, tornando-se independente por não endossar a candidatura do Marechal Lott à presidência da República. Alugou uma sede própria, onde se reunia para conferências e debates. Com a publicação do boletim atingiu grupos de jovens nos Estados. Em São Paulo existia um grupo, que se considerava luxemburgista, em Minas uma Juventude Trabalhista. Os contatos rapidamente se estenderam pela país afora. A Bahia, por exemplo, participou das discussões com dois grupos, um em Ilhéus, outro em Salvador. Dentro de pouco tempo, criou-se o consenso da necessidade de formar uma organização nacional.

O Congresso de Jundiá foi o primeiro resultado desses debates e, por sua vez, inaugurou uma série de discussões, agora já em nível diferente - o de uma organização.

Nem todos os participantes do encontro de Jundiá ingressaram na Organização, mas as abstenções eram individuais. Os grupos levaram a obra adiante. Infelizmente não há protocolo, nem outro material escrito do Congresso de Fundação. O que se salvou, foi a carta convocatória, que serviu como base de discussões e que aqui publicamos como primeira matéria. Uma ideia mais completa do nível teórico da Organização na época da sua fundação são as resoluções do 2^o Congresso, realizado um ano mais tarde em São Paulo e cujos trechos mais significativos estamos republicando.

Em que consistia de início a plataforma da POLOP? Procuraremos esboçá-la sucintamente:

Em primeiro lugar, o que originou e motivou os grupos nas diversas partes do País foi a sua oposição à política de colaboração de classes dos partidos oficiais - PCB, PSB e evidentemente, PTB. O aprofundamento dos debates levou à rejeição das teses pecebistas sobre o caráter burgues-democrático da revolução brasileira, do passado feudal do Brasil - passado que ainda sobreviveria - e do pretensão anti-imperialismo da burguesia nacional. O que reuniu os grupos foi justamente o consenso de que *"qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução"*.

Esta colocação levou em seguida à tentativa da definição das classes na sociedade brasileira. Os debates levaram a definir as classes dominantes do país como uma aliança entre capital industrial, bancário e latifúndio com o imperialismo. Aliança esta, com contradições interna, na qual porém predomina o interesse comum da conservação do domínio e da defesa da ordem existente.

No outro polo da sociedade já existia um proletariado industrial em crescimento, produto das diversas ondas de industrialização, que em virtude do desenvolvimento peculiar da história do pós-guerra ainda não fez sentir seu peso real nas lutas políticas e sociais. Era esse proletariado - entre nós, como em qualquer outro país capitalista - destinado a conquistar a hegemonia no futuro processo revolucionário.

Ao lado desse proletariado urbano existia a imensa reserva dos trabalhadores do campo. Trata-se das classes economicamente exploradas, que criavam as riquezas da nação e que sustentavam a sociedade toda. A frente única desses trabalhadores da cidade e do campo é a premissa para um desafio à ordem e à sociedade existentes.

Entre esses polos existe uma classe média nas cidades, que não era homogênea nem atuava como classe para si. Naquele momento constituía o berço das ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, isto é, dos diversos matizes da ideologia de colaboração de classes. Com a ascensão de um movimento operário independente e de uma Frente dos Trabalhadores, uma fração crescente da classe média (principalmente a assalariada), seria atraída e poderia ser integrada.

Evidentemente a análise da realidade brasileira não parou aí. Constituiu porém o ponto de partida para uma interpretação da história mais recente, principalmente desde a Revolução de 30, o Estado Novo e a república do pós-guerra. Por outro lado, permitiu a primeira elaboração de uma linha estratégica e tática. Os documentos do 2º Congresso testemunham.

No plano internacional eram dois os problemas, que nos ocupavam principalmente:

1º. A análise do imperialismo, que desde os tempos de Lênin e Luxemburgo não tinha parado de crescer e adquirido traços novos. O pós-guerra tinha mostrado que as grandes potências ocidentais não precisavam mais (nem podiam mais) solucionar as suas contradições por meio de guerras inter-imperialistas. Tampouco dependia agora a existência do imperialismo do exercício de um domínio colonial direto. Tratava-se de dois axiomas de qualquer análise do imperialismo de antes da guerra.

Quem nos ajudou a interpretar esse novo aspecto do desenvolvimento do imperialismo foram os trabalhos de August Thalheimer, que antes da sua morte no seu exílio em Cuba, já constatara que o mundo imperialista entrara, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, numa fase de "cooperação antagônica" - com todas as suas consequências econômicas, políticas e militares - face à expansão do campo socialista a ao processo revolucionário mundial.

2º. No que diz respeito ao cenário mundial, a POLOP considerou-se, desde o princípio, herdeira e continuadora das tradições da Internacional Comunista da época de Lênin, isto é, até o 4º Congresso. Rejeitou a política posterior da Internacional quando ela se tornou campo de manobra das facções rivais do PC soviético, caindo sob o domínio e a dependência da facção vencedora, a stalinista. Rejeitou igualmente a política da fase posterior, a das chamadas "frentes populares" quando a Internacional vegetou em função e à mercê da política externa da URSS. Também nesse campo podíamos apoiar-nos nos trabalhos anteriores de Thalheimer, que antes da segunda guerra já se empenhava pela libertação do movimento comunista do domínio e da influência das facções do partido russo. Defendia que as visões e as fórmulas criadas durante as lutas de facções soviéticas não davam mais para interpretar as lutas de classes em escala internacional. Mesmo a plataforma comunista, tal como foi criada na época de Lênin, tinha de ser adaptada de maneira criadora, e desenvolvida conforme as particularidades de cada país e de cada fase de luta. As experiências da Revolução Russa, por si só, não podiam responder aos problemas que a continuação das lutas em escala mundial levantavam.

Essa visão, na medida em que penetrou na Organização, imunizou, pelo menos sua maioria, contra as tentações em voga nos últimos anos. Distanciamos-nos tanto do stalinismo como do trotsquismo como teorias (e mesmo do "bukharinismo", como um observador argucioso pretende ter descoberto). E resistimos igualmente ao maoísmo ou castrismo, como método e sistema. Vimos em todos os países aliados latentes na luta pela revolução mundial e em cada nova revolução uma fonte de experiências novas, mas rejeitamos qualquer submissão a um centro internacional

e qualquer convite de copiar "modelos" surgidos em condições e épocas diferentes. Desde o início defendemos que o centro das decisões de como travar a luta de classes no Brasil tinha de estar localizado no país. Tínhamos de nos empenhar para criar tal centro de decisões - o partido revolucionário.

Finalmente, havia outro problema que dominava os debates e as análises da POLOP. O fato de nós o citarmos em último lugar não quer dizer que seja o menos importante. Talvez, até, devíamos tê-lo colocado na cabeça desta pequena exposição. Trata-se do problema do método da abordagem e do enfrentamento dos problemas da luta de classe. Evidentemente, todos que se tenham como marxistas afirmam que seu método é materialista e dietético. Por isso mesmo, nós nos empenhamos para desmistificar as palavras, para libertá-las do caráter de chavões e restabelecer seu conteúdo. Servindo-nos de uma linguagem simples, método materialista na prática da militância significa usar a cabeça para traduzir uma realidade existente e adaptar nela a experiência viva da luta. Não significa querer usar a cabeça para inventar sistemas, esquemas ou "estratégias". E o lado dialético desse materialismo consiste na compreensão do processo todo, de cada momento da luta e de cada mudança da situação. Evita que formulações de determinado momento ou fase de luta sejam generalizadas ou aplicadas sem critério a outras, já diferentes. Evita que a vontade subjetiva do revolucionário se sobreponha à realidade existente. Isso tem que ser aprendido, tanto na teoria como na prática. Nem sempre a Organização conseguiu movimentar-se dentro desses padrões. Em fases posteriores, cuja apreciação ultrapassa os limites desta introdução, o método materialista foi abandonado. Hoje assistimos uma volta às origens. Só podemos estimar que a publicação destes documentos, já históricos, ajude a retomar a bandeira.

(janeiro/1981)